

## **Acta N.º 24**

### **Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 27 de Fevereiro de 2009**

Aos 27 dias do mês de Fevereiro de 2009 reuniu em sessão ordinária, no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça, a Assembleia Municipal de Alpiarça, na presença de todos os seus membros. A saber: Vera Lúcia Pedro Santos Noronha, Joaquim Augusto Palhoto Azevedo, Maria de Fátima Rodrigues, José Miguel Neves Teixeira Carvalho, Carla Margarida Raposo, Vitória Maria Lopes de Brito, Paulo Espírito Santo, João Pedro Antunes Osório, João Manuel de Jesus Brito, Anabela Feliciano Costa, Maria Leonor Covão Tendeiro, Inês da Nóbrega D'Aguiar, Fernando Manuel Neves Ramalho, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Carlos Alberto das Neves e Maria Regina Furtado Ferreira. Estiveram ainda presentes os Vereadores Mário Peixinho, Mário Pereira, José Carlos Ferreirinha e Luís Garrotes e a Presidente da Câmara, Vanda Nunes.

A Presidente da Assembleia deu início à sessão colocando para discussão e votação as Actas N.º 22 e 23 desta mesma Assembleia.

A membro Inês D'Aguiar sugeriu que se trocasse o verbo "houvessem" por "tivessem" na pág. 27, terceiro parágrafo, da Acta N.º 22.

Sem mais intervenções, as Actas foram postas a votação sendo ambas aprovadas por maioria, registando-se 1 abstenção para cada uma delas.

### Período Antes da Ordem do Dia

Antes de passar a palavra, a Presidente informou os membros que havia recebido naquele momento o documento da CIMLT relativo ao Orçamento/Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para 2009, documento esse discutido e aprovado na Reunião da Assembleia Intermunicipal da semana passada e que a Presidente põe à disposição dos membros para consulta.

Tomou então a palavra a membro Vitória de Brito que se dirigiu à Presidente da Câmara para a questionar sobre a segurança no Concelho. A membro pretendia saber qual o ponto de situação. A membro referiu-se a uma reunião ocorrida há dois anos e das tentativas infrutíferas de conseguir uma reunião com o Ministério da Administração Interna.

A membro Anabela Costa chamou a atenção da Presidente da Assembleia para o facto da Acta N.º 21, correspondente à Assembleia de 26/09/2008 estar publicada na internet sem as correcções sugeridas e aprovadas pelos membros na Assembleia de 12/12/2008. Segundo a membro, esta situação aparece-lhe como falta de respeito para com os membros eleitos.

A Presidente reconheceu o problema e comprometeu-se a averiguar o sucedido junto dos serviços.

Continuou a membro Anabela Costa, assinalando uma situação que está a causar alguns embaraços aos munícipes e que consiste na suspensão do serviço de transporte de doentes pelos Bombeiros Municipais. Até aqui, disse a membro, a questão foi sempre minimizada pelo Executivo e as justificações sempre de carácter economicista, fundamentadas na falta de dinheiro para pagar horas extraordinárias aos bombeiros. No entanto, a membro disse ter tido conhecimento, embora de forma não oficial, de que o mesmo serviço iria ser restituído à população de Alpiarça. Nesse sentido, a membro pretende saber o que mudou entretanto e se serão adquiridos novos equipamentos.

Ainda a mesma membro inquiriu a Presidente da Autarquia sobre os serviços de saúde prestados no Centro de Saúde de Alpiarça. Segundo esta, o comunicado que a Presidente enviou à população sobre a disponibilidade de mais médicos para o Centro de Saúde não era propriamente exacto. A membro perguntou à Presidente se esta tem consciência de que a situação no Concelho continua a ser grave e que os médicos que vieram para o Centro de Saúde para remediar a situação não estão a resolver o problema. A membro declarou ter estado presente numa reunião convocada pela recém-criada Comissão de Utentes do Centro de Saúde de Alpiarça, juntamente com outros membros da sua bancada e ter-lhe causado impressão não ter visto nenhum representante do executivo para ouvir as queixas ou sugestões dos utentes. A membro aproveitou ainda para saudar o aparecimento da Comissão acima referida e

louvar a sua capacidade de indignação perante os problemas numa época em que é tão pouco compensatória a indignação.

Por último, a membro perguntou à Presidente da Autarquia se esta já havia diligenciado junto dos organismos estatais no sentido de os sensibilizar para a gravidade da situação existente no Centro de Saúde.

De seguida interveio o membro Paulo Espírito Santo dizendo que era sua intenção questionar o Executivo precisamente sobre a questão já levantada pela membro Anabela Costa sobre o transporte de doentes pelos Bombeiros e que por isso se abstinha de o fazer. No entanto, o membro tinha ainda outra pergunta para o Vereador Ferreirinha sobre a inexistência ou não de equipamentos de protecção para os funcionários da Autarquia. O membro diz ter ouvido dizer que a Câmara não teria equipamentos de protecção para os seus funcionários em obras que envolvam algum risco da sua integridade física. É sua pretensão saber se a Câmara tem ou não tem esses equipamentos.

Já em relação à "autoproclamada" Comissão de Utentes, o membro esclareceu que a Bancada do PS não se juntou a esta iniciativa porque existe já uma Comissão Municipal de Saúde, que até é encabeçada por um dos representantes da Assembleia, e que melhor teria acompanhado essa situação. Acrescentou ainda que a Saúde não é uma responsabilidade da Autarquia, tendo a certeza, no entanto, de que a Autarquia já acompanhou esse assunto uma vez que esse assunto não é novidade nenhuma. Esclareceu que a sua Bancada tem informação que há legislação que vai alterar toda esta situação e que há que "deixar os poderes trabalhar e deixar as entidades trabalhar" uma vez que acredita que num estado de direito se pode reclamar junto dos órgãos certos.

Era ainda pretensão do membro provar a preocupação que existe neste Executivo de fazer a aproximação entre os munícipes e os órgãos de decisão autárquica, aquela que considera ser a sua função mais importante, através da criação de um Gabinete de Múncipe, serviço que já existia no edifício da Câmara, mas que agora está muito mais próximo do cidadão, não só pela sua localização mais central, como também pelo horário adaptado às necessidades das pessoas. Atitude que não pode deixar de louvar.

Interveio em seguida o membro João Osório que leu uma proposta, em nome da Bancada da CDU, dirigida ao Executivo Camarário que apontava uma série de medidas para minorar os efeitos sociais da crise (documento apenso à Acta).

O membro continuou referindo-se à questão levantada na sessão de 26/09/2008 sobre o Largo Vasco da Gama. Nessa altura o Presidente respondeu que se iria proceder a uma requalificação do Largo e que se iria abrir dois concursos para permitir a adjudicação porque se ultrapassou os limites. O membro pretendia saber em que ponto de situação se encontra este processo.

Por fim, o membro levantou a questão da taxa de disponibilização dos contadores de água. Segundo o membro esta é uma questão polémica e a posição da sua bancada é desfavorável à existência dessa taxa, uma vez que esta é uma taxa que foi criada para substituir a taxa do aluguer dos contadores e que era ilegal. A agravante desta taxa no Concelho de Alpiarça é que a mesma tem uma taxa de IVA de 20%. Na prática, a taxa inicial que era ilegal não só foi agravada como tem sobre ela uma taxa de IVA ainda mais elevada.

Intervenção do membro Celestino Brasileiro que leu um documento em nome da Bancada do CDU onde manifestava o seu desacordo com o aumento sistemático de taxas e tarifas por parte da Autarquia, no que se torna numa sobrecarga económica para os municípios. O documento apelava para um reconhecimento por parte do Executivo da premência do que os membros da Bancada da CDU têm vindo a afirmar ao longo dos anos, e que assumam a responsabilidade de reduzir as taxas do IMI e dos serviços municipais (documento apenso à Acta).

O membro pediu ainda esclarecimentos sobre o andamento do projecto RIPIDURABLE, cujo espaço de execução está, segundo ele, completamente ao abandono. Para o membro esta é uma péssima forma de usar e abusar do dinheiro dos contribuintes.

Posto o que tomou a palavra a membro Inês D'Aguiar para colocar uma questão acerca da transferência de competências para os municípios na área da educação. Começou por ler a parte final de uma resolução do Concelho Directivo da Associação Nacional de Municípios de Setembro de 2008:

“Saliente-se ainda que tem sido referido que a subscrição dos eventuais contractos é da competência do Presidente da Câmara. No entanto, em causa estão responsabilidades cuja assunção depende de uma manifestação de vontade do Município e não directamente da Lei, pelo que os contratos de execução têm de ser apreciados pelas respectivas Assembleias Municipais, face às implicações e as responsabilidades do contrato e nas competências próprias daquele órgão. Designadamente: pessoal, orçamento, património e organização de serviços municipais.”

Depois leu um excerto da Acta da sessão da Assembleia Municipal de 12 de Dezembro de 2008, página 8, onde diz:

“A senhora Presidente da Câmara [em resposta à questão que tinha sido colocada sobre este assunto] disse que os procedimentos que levaram à assinatura do contrato foram de uma limitação temporal tão grande que nos impedia a nós e às outras autarquias de o fazer nesse mesmo momento. Disse também que este assunto será debatido e terão conhecimento de todos os passos que este executivo der no sentido de assegurar que esta transferência de competências servirá melhor as escolas do nosso Concelho.”

E ainda na mesma acta, diz a senhora Presidente que:

“Muito embora se preveja a transferência para Janeiro, esclarece que há umas questões em aberto, mas compromete-se a vir à Assembleia transmitir todos os aspectos logo que tudo esteja definido.”

A membro continuou afirmando que apesar de estar definido nesta resolução da Associação de Municípios e de a Presidente ter mencionado pelo menos por duas vezes na última Assembleia que o assunto seria discutido neste órgão, a verdade é que não existe nada na Ordem de Trabalhos desta Assembleia sobre o assunto. Todavia, a membro não conseguiu repudiar o espanto quando, enquanto encarregada de educação, ficou a saber que o contrato de execução já havia sido assinado no dia 16 de Setembro de 2008, ou seja, com duas Assembleias Municipais de permeio até à presente data, ao mesmo tempo que ficou a saber que já foi concluído todo o processo. Por isso a membro queria saber o que se passava.

A membro tem ainda outra questão sobre um Edital que foi colocado numa urbanização e que visava uma alteração num loteamento. Esse Edital foi fixado no dia 27 de Fevereiro, mas a data

em que foi escrito é de 21 de Janeiro de 2009. A situação é ainda pior porque o documento é explícito em relação aos 10 dias que as pessoas têm para se pronunciar sobre o teor do mesmo, 10 dias que são contados a partir da data do Edital. A membro quer conhecer a causa desta incompatibilidade.

Em seguida tomou a palavra o membro José Carvalho para se referir de novo à questão das dificuldades com o funcionamento do Centro de Saúde. Para ele, o facto de um conjunto de pessoas se ter reunido e alertado para o problema só pode ser positivo. Tudo o que seja participação na vida pública é positivo. O membro reconhece também que os problemas de saúde não podem ser resolvidos pela Autarquia, mas é da opinião que a Autarquia tem de dar voz e tem de apoiar as pessoas nas suas reivindicações nesta questão que é uma questão complicada e sentida por toda a gente. Portanto, reclamar nos sítio certo é também reclamar onde as pessoas reclamaram, como será reclamar noutros sítios, como será reclamar também nesta Assembleia, porque todos estão interessados em que se possa pelo menos encontrar solução para os problemas. Já em relação à Comissão Municipal de Saúde, constituída pelo Presidente da Câmara, um representante da Assembleia Municipal – no caso, o próprio membro – e o Director do Centro de Saúde, está previsto que periodicamente se realizem reuniões, e o membro tenciona propor que proximamente se faça um ponto de situação em relação a estas questões e que se reunissem com as pessoas que se organizaram para levantar este problema. Um problema que é de todos, independentemente das posições políticas individuais.

Neste ponto voltou a tomar a palavra o membro Paulo Espírito Santo para esclarecer que a Comissão Nacional de Saúde também tem um representante dos utentes.

O membro José Miguel Carvalho afirmou que era necessário os serviços intervirem, mas que também era necessário intervirem os utentes, já que os serviços têm um ponto de vista como serviços e os utentes o seu próprio ponto de vista como utentes. E neste momento existe um interlocutor que é precisamente essa Comissão que se organizou preocupada com o problema do Centro de Saúde. Por isso, o membro acha que a Comissão Municipal de Saúde deve reunir-se com estas pessoas e ouvir o que elas têm para dizer.

A Presidente da Mesa tomou então palavra para dar conhecimento à Assembleia, a propósito da Comissão de Geminação

que foi criada no âmbito da Assembleia e que tem estado a reunir periodicamente no sentido de trabalhar para tentar apresentar uma candidatura no âmbito de um projecto que é financiado pela União Europeia. Entretanto, na semana precedente a esta reunião, chegou um email que requisitava a presença de 3 jovens Alpiarcenses entre os 18 e 25 anos num Encontro de Jovens realizado pela congénere Champigny entre os dias 25 de Abril a 2 de Maio. A Comissão reuniu-se e chegou à conclusão que uma boa forma de seleccionar os jovens seria recorrendo à lista de jovens que se candidataram às bolsas de estudos da Junta de Freguesia, que serão à partida jovens mais carenciados. Entre os jovens seleccionáveis dessa lista, 5, a Comissão escolheu 3, duas raparigas e um rapaz. E serão esses jovens que vão estar nas datas indicadas em Champigny. Além disso, a Presidente da Mesa espera ter o projecto concluído em breve de forma a poder concorrer ao financiamento europeu.

De seguida a Presidente da Assembleia deu início à discussão e consequente votação da proposta apresentada pelo membro João Osório em nome da sua bancada.

Tomou a palavra o membro Paulo Espírito Santo que afirmou ser sua intenção votar contra essa proposta pelo facto de a mesma não ser uma proposta anti-crise mas ser antes uma proposta “pró-crise da Câmara”, uma vez que reclama uma constante diminuição das receitas da Autarquia, na maior parte das vezes para metade, e depois pede que a Câmara intervenha noutras área. O membro referiu-se ao preâmbulo da proposta onde se dizia a certa altura que a Autarquia devia aproveitar o “Programa Pagar a Tempo e Horas”, programa esse criado pelo Governo, o mesmo Governo que no mesmo documento havia sido repudiado dizendo que nada tinha feito contra a crise. Como exemplo de como esta proposta não é solução para a crise, o membro deu o exemplo dos preços da água, que muito foram criticados pelos membros da bancada da CDU. Para o membro, a exigência que essa Bancada faz do rebaixamento do preço da água traduz-se num preço que é político e desfasado do preço real da água, o que comportará graves problemas na altura de fazer o balanço que será claramente negativo. O fornecimento da água é um bem escasso e é um bem que cada vez é mais caro e por isso tem de ser poupado e valorizado.

De seguida interveio o membro João Osório que explicou que o conjunto de medidas apresentado é exigente e não são de hoje, bem pelo contrário, são coerentes com o que tem sido a prática da

bancada da CDU e que vão unicamente no sentido de que a Câmara tenha contenção nos aumentos das taxas, das licenças, etc. A CDU está consciente que isso representa uma redução das receitas, mas a sua opinião é que a gestão tem de ser feita de outra maneira, estabelecendo outras prioridades que são diferentes das prioridades que têm sido as deste Executivo e que na opinião resultarão numa melhor gestão.

As propostas da CDU são portanto essas, concretas e conscientes da situação grave que as famílias em Alpiarça passam. E um dos indícios dessa gravidade é o facto de existirem pessoas com o pagamento da água em atraso, esse tal bem essencial.

Já em relação ao Programa "Pagar a Tempo e Horas", o membro reconhece que foi o Governo que o criou, mas também acrescenta que só houve necessidade de o criar porque as Autarquias tinham endividamento incomportável. O membro dá o exemplo da Câmara de Alpiarça, cuja Presidente, referindo-se a este mesmo programa, disse na Assembleia anterior que a Autarquia estava a honrar os seus compromissos. Ora, para o membro, pagar com 5 anos de atraso não é honrar compromisso nenhum.

Interveio seguidamente o membro Fernando Ramalho para se referir à mesma proposta, dizendo que ela tem incidência orçamental e, devido a esse facto, considera que os proponentes devem ser mais precisos na implicação orçamental, especificando quanto é que a aplicação dessas propostas representam na diminuição da receita e, por consequência, onde é que os proponentes iriam cortar nos gastos. O membro pretende também saber, respondendo ao membro João Osório, o que é que a CDU não faria do que foi feito pelo actual Executivo, ou seja, que ruas ficavam por arranjar, que apoio social é que não era dado, que eventos culturais, etc. é que não eram feitos, uma vez que com a redução das receitas da Câmara essas actividades e empreendimentos não poderiam ser feitos.

A membro Inês D'Aguiar ironizou dizendo que a perda das receitas pode muito bem ser contrabalançada com o não pagamento às empresas fornecedoras, como é prática corrente, e que se espelha na necessidade de recurso ao Programa "Pagar a Tempo e Horas".

Tomou de seguida a palavra a membro Anabela Costa para responder ao membro Fernando Ramalho dizendo para contrabalançar a perda das receitas bastava reduzir no orçamento de



2009 os verbas destinadas aos espectáculos na Feira do Vinho e na Alpiagra.

Voltou a intervir o membro Paulo Espírito Santo ironizando que não se tinha apercebido que estávamos em Fevereiro e pensava que estávamos em Agosto, uma vez que se tratam, segundo o membro, de medidas pré-eleitorais. O membro acrescentou que a crise serve para tudo, inclusivamente para certos partidos aproveitarem para sugerirem medidas nitidamente eleitoralistas, pedindo que se fale com seriedade, já que estas propostas são claramente “para fazer uma flor”.

O membro mostrou-se indignado com o facto de os membros “mandarem bocas” nas costas dos membros que acabam de fazer a sua intervenção, pedindo à Presidente da Mesa que chamasse à atenção para o facto. Segundo o membro, sempre que ele ou algum dos membros da sua bancada fazem as suas intervenções ouvem-se vozes de fundo na bancada da CDU, principalmente vozes femininas.

Tomou a palavra a membro Anabela Costa para dar o exemplo de um pensionista que recebe 299€ e ter de pagar 50€ ao município para ser transportado ao hospital e outro tanto para ser transportado de volta, perguntando se medidas que ponham cobro a esta situação são medidas eleitoralistas. A membro perguntou também ao membro Paulo Espírito Santo se ele sabe o que é ter salários em atraso ou se sabe o que é estar no desemprego.

De novo tomou a palavra o membro Paulo Espírito Santo, dizendo que não quer fazer perguntas a ninguém directamente porque ele sabe uma série de coisas que essas pessoas não sabem. Sabe o que é uma coisa que essas pessoas não sabem que é ser segregado, sabe como é fácil atacar quem se expõe, sabe que é fácil acusar alguém sem ser na cara.

Posto isto, o membro disse que reconhece a dificuldade de gerir salários tão baixos, e essa é a razão pela qual anteriormente lançou a questão ao Vereador sobre o facto de os transportes de doentes não serem realizados pelos bombeiros de Alpiarça.

Para terminar, o membro utilizou estas palavras: “Eu sei bastante. Porque o Diabo não sabe muito por ser Diabo, mas por ser velho. E gostava que todas as pessoas saibam o que é ganhar o pão de cada dia com o trabalho próprio sem ser pelo trabalho apoiado por alguns órgãos que não as entidades patronais.”

Tomou a palavra o membro Celestino Brasileiro que também concorda que a crise dá para justificar tudo, até para o próprio Governo esconder durante algum tempo que havia crise, até que chegou a uma altura em que já não podia esconder mais. Mas também acha que há muitas Câmara Municipais que perceberam que os seus munícipes estão a passar por dificuldades, e muitas Câmara do próprio Partido Socialista, câmaras essas que, atendendo às dificuldades dos seus munícipes, fizeram reduções de taxas. O membro perguntou se essas câmaras também estarão a fazer eleitoralismo.

Posto o que tomou a palavra o membro João de Brito que culpou o Governo Socialista da crise, bem como toda a contingência internacional, e nesse sentido é da opinião que têm de ser tomadas medidas. No seu entender, tudo o que seja baixar taxas para aliviar a carga dos cidadãos é bem vindo, uma vez que as prioridades são as pessoas necessitadas. O membro explica que houve alturas em que a sua bancada votou favoravelmente o aumento dessas taxas, porque achava que alguém tem de pagar essas coisas e é normal que se pague. Mas há momentos em que é preciso pôr um travão e acudir às pessoas necessitadas. Portanto, o membro não concorda com a acusação por parte da Bancada Socialista de que as medidas apresentadas pela CDU são medidas eleitoralistas. O membro também é da opinião de que a Autarquia já gastou muito dinheiro desnecessariamente em festas e espectáculos, e cita a Feira do Livro, e outras feiras afins, declarando já não ser de acordo com a proposta noutros aspectos, nomeadamente no que respeita a opiniões políticas.

Para terminar, o membro declarou estar, pela primeira vez em 3 anos, de acordo com o membro Paulo Espírito Santo sobre as "bocas", porque, segundo ele, também já está farto de ouvir vozes femininas do seu lado esquerdo [da Bancada do PS] a mandar as pretensas "bocas".

Antes de colocar a proposta a votação, a Presidente da Mesa interveio dizendo que há na proposta medidas que não dependem da vontade da Autarquia, e perguntou à Presidente da Câmara se no Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal já foi discutida a questão relativa a eventuais aumentos da tarifa da água, assunto que neste momento não depende do Município de Alpiarça, mas da Empresa Águas do Ribatejo.

A Presidente da Câmara respondeu dizendo que existem neste momento municípios a passarem por situações de extrema complexidade devido ao facto de terem praticado preços de água que são preços políticos e que com a entrada em funcionamento da empresa Águas do Ribatejo sofrerão aumentos consideráveis. Até à data já existiram várias reuniões sobre a matéria que se tem revelado muito complexa, porque sendo esta entidade uma empresa, ela tem de ser rentável, ainda que não de uma forma lucrativa. Isto significa que ela tem de ser sustentável e com capacidade investidora, e esses investimentos têm de se pagar, investimentos que se destinam também a Alpiarça. O que a Presidente pode dizer é que os Presidentes de Câmara na CIMLT estão todos unidos na perspectiva de encontrarem uma solução que se adequa não a um ano de eleições mas às dificuldades que efectivamente as pessoas têm. Muito em breve a CIMLT divulgará que tipo de tarifário será facturado.

Pedi a palavra o membro João Osório para dizer que a resposta da Presidente da Câmara mais o firma na sua convicção de que as propostas sugeridas pela CDU são as mais indicadas. E lembra que na altura da constituição da empresa Águas do Ribatejo a CDU se insurgiu contra o facto de essa empresa representar a perda de competência própria da Autarquia na deliberação dos aumentos da água e que a entrada em funcionamento dessa empresa representaria um aumento significativo. Apontamento que na altura foi repudiado pelo PS e que agora se vê concretizado com os aumentos já sugeridos pela Presidente na sua resposta.

Depois de fazer ponto de situação era intenção da Presidente da Mesa por a proposta a votação. Mas o membro Paulo Espírito Santo interrompeu dizendo que havia um esclarecimento a ser prestado que era que quando vieram os estatutos das Águas do Ribatejo a votação na Assembleia já trazia a tabela de preços.

Posta à votação, a proposta foi **rejeitada** com 8 votos contra, 2 abstenções e 6 votos a favor.

Pelo que se passou a palavra à Presidente da Câmara para responder às questões levantadas pelos membros da Assembleia.

Começou por responder à questão sobre a segurança no Concelho. Esclareceu que a segurança, tal como a saúde, são duas áreas que não dependem da administração local. Contudo, a

Presidente afirmou fazer os possíveis e às vezes quase os impossíveis para tentar reivindicar para o Concelho o que considera adequado. Divulgou que, no passado dia 10, teve uma reunião com o Comandante da GNR, reunião para a qual foram convidados outros Comandantes de Concelhos vizinhos e alguns magistrados. Garantiu também já ter solicitado à Secretaria de Estado da Administração Interna uma audiência para falar sobre essa matéria em concreto.

Em relação à questão dos serviços prestados pelos bombeiros, a Presidente esclarece que os mesmo não deixaram de ser prestados. Mas efectivamente, devido a um conjunto de circunstâncias relatadas em outras sessões da Assembleia, os bombeiros deixaram de prestar alguns desses serviços. É no entanto intenção da Autarquia, dentro das suas possibilidades, retomar esses serviços, quer reforçando alguns meios humanos, quer tentando reivindicar algum reforço de equipamentos juntos das autoridades para isso competentes. Esclareceu, contudo, que devido ao facto de os Bombeiros de Alpiarça serem uma corporação municipal, esse mesmo estatuto limita o acesso aos meios distribuídos pelas entidades, que dão prioridade a outros tipos de corporação. Para agravar, a Presidente aludiu a alterações na legislação que faz com que os equipamentos de segurança dos próprios carros sejam ainda mais caros.

Passando em seguida à questão do Centro de Saúde e das suas dificuldades, a Presidente garantiu que foi com muito gosto que recebeu a Comissão de Utentes. O que lhes procurou dizer foi que a saúde é efectivamente uma competência da Administração Nacional e o que resta à Autarquia fazer é reivindicar uma melhoria dos meios disponíveis no Concelho, coisa que a Câmara tem feito. A Presidente adiantou ainda que vai sair nova legislação que se destina a reestruturar os Centros de Saúde e que, portanto, a Autarquia está à espera dessa legislação, não deixando de reivindicar o mais possível. Ainda em relação à Comissão de Utentes, a Presidente disse que não podia subscrever as suas intenções por uma questão de princípio. Porque se a Presidente está a pedir à Administração Central que a ajude a resolver o problema, não é de bom tom nem eficaz, que se dirija ao Governo dizendo "Governo arruína Saúde".

Quanto às questões levantadas pelo membro João Osório, a Presidente começou por responder à questão que visava o Largo Vasco da Gama. Conforme já foi dado conhecimento noutra sessão, existe um procedimento pendente que se destina a efectivar esta obra que a Autarquia quer e vai levar a efeito. A Presidente justificou essa pendência com a necessidade de gerir as candidatura ao QREN a fim de conseguir os apoios necessários para as obras que são prioritárias. Nessa medida, há que estabelecer prioridades e gerir as oportunidades. No entanto, a Presidente adiantou que a sua intenção é avançar com o Largo Vasco da Gama o mais rapidamente possível.

Referindo-se agora à questão da crise e das medidas para as combater, a Presidente disse que qualquer medida que se proponha tem de ser uma medida concretizável. Porque senão está-se a contribuir para o equívoco de que há dois lados, um de pessoas que são sensíveis e que se preocupam com estas questões da pobreza, dos idosos, do combate à crise, o desemprego, outro de pessoas que não são assim. Por isso a Presidente considera que as pessoas merecem que qualquer medida que se proponha seja concretizável, porque senão não passa de um anúncio oco e demagogo, que acaba até por ser desrespeitador das efectivas necessidades das pessoas. Portanto, a Câmara encontra-se neste momento a reunir com o verdadeiro combate à pobreza, o verdadeiro combate ao desemprego, que são as empresas empregadoras. Respondendo ao membro João Osório, a Presidente disse que de facto tem outras prioridades, citando como exemplo o estado da Zona Industrial há 10 anos atrás, cujo número de postos de trabalho existentes é incalculavelmente maior agora. A Presidente admirou-se com o facto de os membros não lhe terem perguntado se a Câmara conhece a situação actual das empresas de Alpiarça. A Presidente tem reunido com as empresas, tem procurado saber o que é que se pode fazer para prevenir despedimentos. Para a Presidente, propostas como as que a CDU apresentou podem ser propostas muito bonitas, mas são inexecutáveis e ineficazes. O principal é criar emprego, coisa que a Autarquia tem feito há 10 anos para cá. A Presidente anunciou também que protocolou com a NERSANT a vinda de um técnico gratuitamente para auxiliar os empresários de Alpiarça, não só para os ajudar a encontrar respostas para a crise, mas também para lhes fornecer toda a informação e aconselhamento sobre legislação ou apoios que surjam. Anunciou também que se irá reunir com os agricultores do Concelho de maneira a saber, de igual forma, em que medida a Câmara os pode ajudar.

Em relação ao Gabinete de Apoio ao Múncipe, este disporá de um técnico de Acção Social para poder responder com maior eficácia e prontidão aos problemas sociais que todos os dias chegam à Câmara. "A Acção Social faz-se, não se anuncia".

Passando em seguida para a questão do projecto Ripidurable, a Presidente afirmou que este tem obras que têm de ser retomadas, acrescentando que há obras que não se podem fazer no Inverno. Disse também que tem a equipa de trabalho pronta para poder dar continuidade ao que ali nasceu e que pôs termo ao que lamentavelmente ali foi. De maneira nenhuma o projecto de Alpiarça se destina a ser objecto de uso e abuso do dinheiro dos contribuintes, antes pelo contrário. Alpiarça foi chefe de fila de um projecto comunitário eficaz, com resultados efectivos, de requalificação do ambiente.

No que toca à transferência de competências na educação, a Presidente lembrou que já tinha dito que assim que tudo estivesse definido vinha à Assembleia dar conta de todos os pormenores. A informação que foi enviada aos pais, que a membro Inês D'Aguiar referiu, dizia respeito apenas à conclusão de parte do processo que tem que ver com os recursos humanos transferidos. Neste ponto a Presidente acusou a membro Inês D'Aguiar de pôr constantemente em causa a credibilidade e os compromissos que a Presidente assume, e de não conseguir colocar as questões sem um intuito acusatório. Como os vereadores da Bancada da CDU podem confirmar, a Presidente tem trazido novidades às reuniões de Câmara à medida que elas têm surgido. Efectivamente, ficou concluído, com a participação de todos os intervenientes, membros da DREL, Agrupamento de Escolas e a Câmara de Alpiarça, o processo de transferência quanto aos recursos humanos. Ainda não estão concluídas as negociações quanto à passagem dos edifícios para a Câmara Municipal. A Presidente afirmou que tem reuniões agendadas para esse fim, uma vez que a DREL definiu uma determinada verba para transferir para o Município de Alpiarça para manutenção dos edifícios com a qual a Câmara não concorda. O Executivo entende que quando há transferência de competências que englobam edifícios o mínimo que se pode pedir é que esse edifício venha em bom estado, e isso não acontece. E só pelo facto de o processo não estar concluído, a Presidente ainda não trouxe o assunto à Assembleia.

Em relação à Comissão Concelhia de Saúde, ela é constituída pelo Director do Centro de Saúde, a Câmara Municipal, a Fundação

José Relvas e o Dr. José Carvalho que representa os utentes. A Presidente desconhece se a Comissão de Utentes tinha conhecimento da existência desta Comissão Concelhia e se sabia que o representante dos utentes era o Dr. José Carvalho. A Presidente é favorável à ideia de se fazer uma reunião da Comissão Concelhia com a Comissão de Utentes e até tentar convidar para essa reunião alguém que represente a Administração Central que possa elucidar melhor todos os intervenientes sobre esta matéria.

Posto o que tomou a palavra o Vereador Ferreirinha para responder às questões que dizem respeito a matérias dos seus pelouros.

Começou por completar a questão que a Presidente já havia respondido no que respeita ao serviço de apoio aos munícipes, dizendo que estão a efectuar todos os esforços no sentido de pôr operacional uma viatura que não tinha condições de circulação e guarnecê-la com 4 novos elementos para que possa funcionar ininterruptamente.

Sobre a questão dos meios de protecção dos funcionários, o Vereador assegurou que a Câmara dispõe de todos os meios de protecção para os funcionários, seja na componente de higiene e limpeza seja na componente de obras municipais, e que a Autarquia só executa obras por administração directa quando tem todos os equipamentos necessários.

No que respeita à tarifa de disponibilização da água, a Autarquia cumpre com uma disposição do IRAR e também da Associação Nacional de Municípios sobre essa matéria, aliás à semelhança do que é feito em praticamente todos os Municípios do país. Esta é uma situação que será discutida no âmbito das Águas do Ribatejo que se prevê que comece a funcionar no prazo de um a dois meses.

Relativamente à questão do Edital, o Vereador não sabe a que Edital a membro Inês D'Aguiar se refere, uma vez que todos os dias saem editais novos, e sem mais elementos não vai poder responder. No entanto, se por alguma razão esse Edital não foi afixado atempadamente, o Vereador comprometeu-se a ir ver o que se passou.

## Período da Ordem do Dia

### **Ponto 1 - Informação Escrita a apresentar pela Senhora Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro.**

Interveio a membro Inês D'Aguiar, escusando-se a intenções susceptíveis de melindrar, no sentido de pedir especificação de algumas das actividades, nomeadamente a reunião na Assembleia da República, a reunião com a Administração da Monliz, por exemplo, etc.

Seguiu-se a intervenção do membro João Osório, que considera que houve mais actividades sócio culturais promovidas pela Câmara Municipal do que aquelas documentadas na Informação.

A Presidente respondeu em primeiro lugar à questão do membro João Osório dizendo que só podiam constar no documento as actividades que realmente tinham acontecido. Quando a Presidente assinou o documento a 19 de Fevereiro, apenas podiam constar as actividades até essa data.

Passando depois a responder à pergunta da membro Inês D'Aguiar, a Presidente esclareceu que, relativamente à reunião na Assembleia da República, a Dr.<sup>a</sup> Teresa Chardonay e a Dr.<sup>a</sup> Teresa Fonseca fazem parte do grupo de trabalho que com a Câmara de Alpiarça preparou a exposição de José Relvas na Assembleia da República...

Neste momento a Presidente interrompeu a exposição dizendo que não estava a dizer nada que "para qualquer ser normalmente constituído dê vontade de rir", uma vez que a membro estaria a rir, o que gerou diálogo imediatamente interrompido pela Presidente da Mesa.

A Presidente retomou a sua resposta no ponto em que a tinha interrompido. Explicou que reuniu com as duas Dr.<sup>a</sup> em cima referidas para tratar de assuntos que ficaram pendentes das sessões de organização da Exposição, para fazer também o ponto de situação sobre o trabalho feito em conjunto.



Já em relação às reuniões com as empresas, a Presidente esclareceu que estas reuniões estão registadas na Informação na sequência do que antes tinha dito em relação às reuniões com empresas empregadoras de Alpiarça. Esta primeira abordagem destinou-se a perceber em que nível a crise as está a afectar e em que medida postos de trabalho podem estar em perigo.

A membro Inês D'Aguiar perguntou qual tinha sido a conclusão a retirar dessas reuniões.

A Presidente disse que, com a Reynold, a Autarquia apurou que não haveriam postos de trabalho em perigo, mantendo-se a situação tal como ela está actualmente, havendo até a intenção de tornar efectivos os poucos contratados que tem. Em relação à Monliz, a Presidente apurou que esta tem cerca de 50 funcionários efectivos, cerca de 60 contratados e cerca de 40 eventuais. Da parte da Monliz não se perspectiva, também, eventual redução de postos de trabalho. Também a Monliz pretende estabilizar os seus postos de trabalho tornando efectivos os que actualmente estão contratados. A Presidente acrescentou ainda que um dos motivos que a leva a reunir-se com os agricultores, para além de diagnosticar eventuais dificuldades, é que a Monliz tem grandes e fortes possibilidades de crescer no Concelho e de criar mais postos de trabalho, desde que tenha da parte dos produtores mais matéria-prima. Num Concelho como o de Alpiarça, falta articular a produção com a indústria e ver quais os caminhos a percorrer.

Pediu a palavra o membro João Osório para fazer um esclarecimento. A Monliz – que infelizmente não comporta os 480 postos de trabalho que em determinada altura foi anunciado pelo anterior Presidente, Rosa do Céu – após a data da reunião com a Presidente, despediu todos os eventuais, à excepção de 3, situação que o membro considera lamentável.

A Presidente afirmou que por essa razão é que esses funcionários se chamam eventuais, as pessoas trabalham sazonalmente.

## **Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta 02/PCA/2009 – programa “Pagar a Tempo e Horas” - Contratação do Empréstimo.**

Tomou a palavra o membro João de Brito, dizendo que lhe dá vontade de rir o Programa “Pagar a Tempo e Horas”, uma vez que o próprio autor do programa, o governo, nunca pagou a tempo e horas. O membro afirma que este governo “deu cabo da agricultura, aniquilou completamente uma grande maioria da população de Alpiarça, que é essencialmente agrícola, e assassinou completamente a agricultura portuguesa”. O membro afirmou ainda que o governo se desculpa na crise mundial ou nos governos anteriores a este dos problemas que ele próprio criou. Na verdade, este governo, com esta cor política, governou nos últimos anos durante 11 anos, ao passo que a oposição governou apenas durante 27 meses, números que, segundo o membro, são elucidativos da culpa pela situação actual. Foi este governo que não proporcionou aos agricultores as medidas necessárias para estes poderem sobreviver. Reportando-se ao que a Presidente disse sobre a falta de matéria-prima para expansão da Monliz, o membro assegurou que essa falta de matéria-prima deve-se fundamentalmente ao Governo socialista.

No que respeita ao pedido de empréstimo, o membro está plenamente de acordo, uma vez que alguma coisa tem de ser feita, mas ressalva que “não é só ir buscar o dinheiro e depois não pagar. É ir buscar o dinheiro e pagar religiosamente”. O membro declarou que não considera o Governo e as Câmara “pessoas de bem”, porque uma pessoa de bem paga e assume os seus compromissos. No que diz respeito às propostas das entidades de finanças, o membro considera que a proposta da Caixa Geral de Depósitos é aquela que melhor serve os propósitos da Câmara Municipal de Alpiarça. O membro apenas não concorda com o prazo do empréstimo, que poderia ser de 10 anos, tornando as prestações menores, embora, admite, com mais juros. Mas, lembra, existe sempre a possibilidade de pagar antecipadamente sem penalidade.

Antes de prosseguir, a Presidente da Mesa interveio para aconselhar algum cuidado ao membro João de Brito quando diz que as Câmaras não são pessoas de bem, porque as câmaras são eleitas pelas pessoas. Para além do mais, este é um problema generalizado e transversal a todo o país, e, a título de exemplo, apresentou a Câmara de Lisboa como aquela que foi mais contemplada neste programa, seguida imediatamente pela Câmara de Santarém. O valor

atribuído à Câmara de Alpiarça, em comparação com estas duas Câmaras, é um valor irrisório.

O membro João de Brito voltou a intervir para explicar que não nomeou uma Câmara em particular, disse apenas “as Câmaras Municipais que não pagam não podem ser consideradas pessoas de bem”. Pelo que não retira uma vírgula àquilo que disse.

Após o que interveio o membro João Osório para lembrar que existem cerca de 300 municípios no país e apenas 79 se candidataram a este programa. O que demonstra que a grave situação de incumprimento não será assim tão transversal como isso. Acrescentou que a grandeza das dívidas também não é assim tão linear como pretendem transmitir. As câmaras de Lisboa e Santarém são das maiores do país, mas a Câmara de Alpiarça tem contemplado 1.854.000,00€ e só tem 8.000 e tal habitantes, o que revela uma situação de passivo enorme. O membro perguntou à Presidente qual é o montante de dívida da Autarquia em 31 de Dezembro de 2008. O membro pergunta isto porque, infelizmente, o montante previsto para o município de Alpiarça não vai cobrir todas as dívidas aos fornecedores. O membro pretende saber também quais foram os três critérios que a Câmara aplicou para o efeito desta candidatura, bem como onde é que está a listagem da capacidade de endividamento que a lei das finanças locais obriga a acompanhar os documentos que têm de ser apresentados à Assembleia Municipal de tudo o que sejam empréstimos bancários. Para terminar, o membro ironizou dizendo que honrar compromissos com média de pagamento de 191 dias não é honrar compromissos.

Interveio em seguida o membro Paulo Espírito Santo, afirmando que sempre ouviu dizer que o Estado é mau pagador, e esse epíteto foi utilizado independentemente do governo. Contudo, o membro não considera esse o motivo principal desta discussão, pelo contrário, trata-se sim de um programa que permite as autarquias saldar algumas das suas dívidas a fornecedores. O membro não compreende os motivos das perguntas dos membros da bancada comunista, a menos que a informação não esteja completa para alguns membros ou que seja apenas para impressionar a imprensa, porque o 4.º ponto no documento dá conta da situação financeira da Câmara.

O membro continuou retomando o que antes foi dito acerca das 79 câmaras das cerca de 200 existentes que se candidataram a este programa. Para o membro, 79 câmaras foram apenas aquelas que

tiveram condições para concorrer, não significando isso que sejam apenas estas as câmaras em dificuldades, isto é, foram as únicas câmaras que demonstraram ter capacidade de endividamento. De modo que a bancada que o membro representa irá votar favoravelmente, até porque considera esta câmara uma pessoa de bem, independentemente de ter ou não capacidade financeira – tal como aquelas pessoas que não pagam a água por não ter dinheiro também são pessoas de bem.

A Presidente de Assembleia passou a palavra à Presidente da Câmara para responder à questões levantadas pelos membros. Em relação à questão do membro João de Brito, no que respeita aos anos do empréstimo, a Presidente esclareceu que se trata de uma imposição do próprio programa. De resto, a Presidente escusou-se de responder a questões como porque é que outras câmaras não se candidataram ao programa, até porque cada câmara sabe de si e dos seus próprios problemas financeiros, acrescentando no entanto que um dos critérios para a participação no programa era não exceder com ele a capacidade de endividamento da Autarquia. Em relação aos trâmites em que decorrerá o programa, a Presidente adiantou que tudo isto vai ser submetido ao Tribunal de Contas ao mesmo tempo que uma listagem de fornecedores será apresentada (segundo o critério de antiguidade da dívida). Todo o processo será fiscalizado. Em todo o caso, a Câmara encontra-se à espera de que o governo indique os procedimentos a seguir.

Em relação às apreciações do membro João Osório, a Presidente não fez comentários, embora sempre adiantasse que se a Câmara tem dívidas também tem obra, e alguma dessa dívida é anterior a este Executivo.

Já no que toca a toda a documentação, na próxima Assembleia, por conta de gerência, serão apresentados todos os dados.

O membro João Osório interveio queixando-se que a Presidente não respondeu a questões concretas: o membro tinha perguntado quais foram os três critérios de candidatura da Câmara de Alpiarça; o membro tinha exigido o cumprimento da lei das finanças locais que impõe que junto com os documentos venha o mapa da situação da dívida com os bancos; e o membro tinha perguntado qual é o montante de dívida em Dezembro de 2008.

Interveio o membro João de Brito, dizendo que o sentido da sua intervenção foi também ser esclarecido daquilo que era de facto a intenção da Câmara. Pelo que ficou plenamente satisfeito com a resposta. Acredita que a Presidente vai cumprir tudo o que está no contrato-programa e que as pessoas vão sair favorecidas.

A Presidente voltou a intervir dizendo que não tem rigorosamente nada a acrescentar ao que disse ao membro João Osório, a não ser reiterar o que disse há pouco: que existem procedimentos que não estão clarificados e que aguarda da Direcção Geral do Tesouro instruções sobre quais são os procedimentos a seguir para concretizar esta candidatura aprovada.

O Vereador Mário Pereira pretendia fazer uma intervenção, pretensão essa que foi vetada pela Presidente da Mesa que esclareceu que intervenção dos vereadores só por solicitação da Presidente da Câmara, pelo que o Vereador solicitou à Presidente autorização para intervir.

A Presidente explicou que o Vereador pode intervir quando entender, muito embora o faça fora de contexto, até porque o que a Presidente afirmou são declarações que estão plasmadas na acta da Reunião de Câmara.

Interrompeu o membro Paulo Espírito Santo que pediu à Presidente da Assembleia que questionasse o Vereador se o que consta na acta corresponde com as suas declarações ou se tem algo a acrescentar.

O Vereador Mário Pereira tomou então palavra para precisar os termos em que foi tomada a posição da CDU. Foi dito que os vereadores da CDU tinham aprovado e apoiado esta medida, e de facto isso é verdade, mas parcialmente. O Vereador defendeu que não podiam tomar uma posição diferente daquele que foi tomada pelas razões que ficaram em acta através da declaração de voto. É evidente que esta medida acaba por ajudar a resolver parcialmente alguns problemas que as empresas têm derivados da falta de pagamento por parte da Câmara – para algumas empresas já vem até tarde, como é o caso de algumas empresas em Alpiarça que tiveram até de fechar as portas –, mas o que foi também dito é que no fundo esta medida traduzia-se por um empréstimo que transferia a dívida dos fornecedores para instituições bancárias, iria agravar a

situação de endividamento da Câmara de Alpiarça, iria prolongar o pagamento das dívidas para lá dos próximos mandatos...

A Presidente da Câmara interrompeu o Vereador para dizer que o que o Vereador estava a dizer está transcrito na acta da Reunião de Câmara.

Para cessar o diálogo que entretanto se havia gerado, a Presidente da Mesa perguntou ao Vereador se ele tinha alguma coisa para acrescentar ao que estava em acta. Intervenção que gerou de novo diálogo entre os membros.

Com os ânimos mais calmos, voltou a tomar a palavra o Vereador Mário Pereira para concluir a sua intervenção. Para o Vereador, a necessidade de recorrer a este programa deriva de uma gestão pouco rigorosa das finanças da Câmara Municipal de Alpiarça.

Posto o que o ponto foi colocado a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**.

O membro João Osório fez declaração de voto: "A CDU votou favoravelmente esta proposta porque acha que os fornecedores da Câmara Municipal de Alpiarça estão a passar uma grave crise financeira e a Câmara Municipal de Alpiarça não tem cumprido os seus prazos de pagamento. A CDU acha que esta medida vem ajudar e vem obrigar que a Câmara Municipal tenha cumprimento nas suas obrigações".

### **Ponto 3 - Apreciação e votação da Proposta 04/PCA/2009 – Alteração da Tabela de Taxas e outras Receitas do Município de Alpiarça para o ano de 2009, no artº 29º.**

Este ponto não suscitou nenhuma intervenção, pelo que foi posto a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**.

### **Ponto 4 – Apreciação e votação da Proposta 06/PCA/2009 – Alteração da tabela de Taxas e outras Receitas do Município para o ano de 2009, nos artºs 36º,37º e 38º, referentes à Nave Desportiva, Estádio Municipal e Zona Desportiva dos Patudos.**

Sobre este assunto interveio o membro João Osório, para perguntar se esta é uma medida puramente populista e eleitoralista ou é mesmo para ajudar. Isto porque considera que a medida tem um pouco das três vertentes. Uma pessoa que esteja com dificuldades financeiras tem de frequentar simultaneamente a piscina, o complexo desportivo e a nave desportiva para rentabilizar um cartão que custa 20 euros com validade de três meses. 20 euros é muito dinheiro para os jovens.

Em seguida interveio o membro Paulo Espírito Santo que comentou a intervenção anterior do membro João Osório dizendo que quando não há nada, são acusados de não fazer nada; quando se faz uma proposta de um determinado valor para uma actividade acusam de ser caro; quando se faz uma proposta de um cartão que permite baixar o custo para os utilizadores frequentes acusam de ser demagógica. Acrescentou que se a bancada da CDU tivesse lido a proposta com atenção, com uma atitude construtiva, teriam reparado que alguns pontos da proposta mereceriam uma atenção mais cuidada. Por exemplo, no capítulo "balneário" diz que por atleta o preço é de 0,65€. Se da leitura que em cima se fez, os atletas que utilizam as instalações têm direito a tomar banho, o preço pelo balneário deixa de ser aplicável, sendo só aplicável para as pessoas que não utilizam nenhuma das infra-estruturas desportivas sujeitas a taxa de utilização. Nesse sentido, o membro sugeriu que se corrigisse o texto onde diz "por atleta" por "por atleta não utilizador dos pontos 1, 2 e 3". E depois, onde diz "para os utilizadores das infra-estruturas do complexo é gratuito", por "o pagamento das taxas acima referidas isenta o pagamento de taxas de balneário". De resto, o membro disse que, no geral, os preços mantêm-se dentro do que existia, e são preços baixos.

Sem mais intervenções, passou-se à votação da proposta com as alterações sugeridas pelo membro Paulo Espírito Santo. A proposta foi **aprovada por maioria**, com 10 votos a favor e 6 abstenções.

## **Ponto 5 – Apreciação e votação da Proposta de Regulamento e Tabela de Taxas da Biblioteca Municipal de Alpiarça.**

Tomou a palavra a membro Leonor Tendeiro, que alertou para o facto de na tabela de taxas do regulamento não estar referido o preço de utilização do Auditório Mário Feliciano.

A Presidente da Câmara disse que, de facto, houve falta de definição do ponto que se refere à utilização do auditório. A Presidente explicou que recebeu da equipa da Biblioteca a proposta de regulamento e avançou para a sua aprovação, tendo esse ponto escapado, até porque se trata de uma situação nova. Mas por esse motivo a Presidente apresentou uma proposta de utilização do Auditório que colocou à apreciação da Assembleia. A proposta seria redigida nestes termos: os eventos e acções a realizar no Auditório da Biblioteca devem obedecer aos pressupostos e ao princípio de utilização deste espaço. A cedência será gratuita no horário de funcionamento da Biblioteca às seguintes entidades: estabelecimentos de ensino do Concelho, instituições de solidariedade do Concelho, instituições recreativas, desportivas e culturais do Concelho. Em relação à cedência onerosa, esta aconteceria nos casos em que houver um pedido de utilização do Auditório para acções com fins promocionais ou lucrativos, desenvolvidas por instituições concelhias ou não, acções de índole diversa solicitadas por indivíduos do Concelho ou não. Dentro de um horário de funcionamento da Biblioteca a utilização teria o valor por hora e sem recurso a meios audiovisuais de 20 euros, por hora e com recurso a meios audiovisuais de 25 euros. Por hora e sem recurso a meios audiovisuais, fora do horário de funcionamento, 40 euros, e por hora e com recurso a meios audiovisuais 45 euros.

Atendendo ao facto de só se ter apercebido tardiamente deste lapso verificou-se o que fazem as Bibliotecas Municipais nos Concelhos vizinhos, e esta proposta espelha um pouco essa realidade. No entanto, diz a Presidente, se se considerar que o assunto deverá ser discutido numa próxima sessão de maneira a que venha estruturado de outra forma, a Presidente também concordará.

Tomou a palavra o membro João Osório, dizendo que percebe e lamenta a situação, mas esta não pode ser posta a votação porque tem de voltar à Câmara Municipal, uma vez que questões de taxas e licenças têm de ser aprovadas primeiramente pelo Executivo, já que é um assunto da sua estrita competência. Só depois o assunto poderá ser discutido na Assembleia. E como tal, a legislação obriga a que o ponto seja retirado da Ordem de Trabalhos, regresse à Câmara Municipal e só depois seja aprovado pela Assembleia.

Tomou a palavra o membro Paulo Espírito Santo para comentar ironicamente que, sendo assim, a Assembleia fez bem em rejeitar o



Proposta anterior da CDU, uma vez que se a aprovassem estariam a cometer uma ilegalidade.

Interveio de novo o membro João Osório, para elucidar em relação à proposta da CDU que o membro Paulo Espírito Santo mencionou, dizendo que esta era apenas uma recomendação que a bancada da CDU apresentou à Câmara Municipal para esta tomar as providências. Uma recomendação não é uma proposta.

Posto o que interveio o membro Fernando Ramalho para sugerir uma alteração ao artigo 7.º que prevê a utilização do Auditório Mário Feliciano. No mesmo artigo está omissa a regulação para a utilização do espaço para entidades que não as referidas no ponto 1, quer dentro, quer fora do horário de funcionamento da Biblioteca. Pode pensar-se no caso de uma associação concelhia de utilizadores ou uma comissão de organização de qualquer evento ou comemoração quererem ou terem a necessidade de utilizar o auditório e não se justificar que vão pagar. Dentro do horário de funcionamento não se justifica o pagamento nesses casos, e o mesmo se pode dizer fora do horário, porque pode acontecer que essas pessoas que querem organizar um evento de interesse para o Concelho só se poderem reunir depois do horário de trabalho. Com os objectivos que o membro acabou de referir, este propôs que fosse introduzido um ponto 2 e que o actual ponto 2 passasse a 3. A proposta de redacção para o ponto 2 a introduzir seria a seguinte:

“A cedência do auditório será ainda gratuita para eventos ou acções de relevância para o Concelho.”

Desta forma, acrescentou o membro, previa-se a utilização do espaço para todas as actividades que fossem do interesse concelhio.

Sem mais intervenções, a Presidente da Câmara tomou a palavra para manifestar as suas dúvidas em relação à legalidade da sua proposta no que toca às taxas da utilização do auditório e, como tal, entende que a mesma deverá ser discutida primeiro em Reunião de Câmara e então vir à Assembleia, pelo que retirou a proposta.

Procedeu-se então à votação da proposta do regulamento da Biblioteca Municipal, com a alteração de redacção formulada pelo membro Fernando Ramalho.

A proposta foi **aprovada por unanimidade**.

## **Ponto 6 – Apreciação do Relatório anual de 2008 – CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco do Concelho de Alpiarça**

A Presidente da Mesa começou por esclarecer que este ponto não é para ser votado, somente apreciado. A Presidente destacou o facto de o relatório ter dado entrada na Assembleia atempadamente e pelo facto poder ser discutido já nesta sessão de Fevereiro. Chamou ainda a atenção para o ponto 5, relativamente ao número de casos sinalizados e ao acompanhamento realizado em 2008. Transitaram 33 processos, foram reabertos 11, foram instaurados 24, foram arquivados linearmente 25 e foram arquivados 21. A Presidente pensa que são números muito elevados, o que significa que a CPCJ está a ter uma grande quantidade de trabalho. Chamou também a atenção para a faixa etária predominante nos processos transitados, que se situa entre 15 e os 17 anos. Estes números são preocupantes, na opinião da Presidente da Assembleia. A mesma faixa etária está em destaque nos processos arquivados linearmente. Já em relação aos instaurados este ano, a faixa predominante situa-se entre os 6 e os 10 anos. A Presidente é da opinião de que todos os eleitos devem continuar a apoiar, dentro das possibilidades de cada um, o trabalho desta Comissão, ao mesmo tempo que faz a apologia da tomada de consciência de que alguma coisa deve ser melhorada relativamente a estas crianças e jovens. Não sendo números muito elevados, a Presidente considera no entanto que para a dimensão do Concelho estes são números que começam a ser preocupantes.

Interveio o membro Paulo Espírito Santo, alertando para o facto de na pág. 14.19 as verbas ainda se apresentarem em escudos. Expressou também a sua opinião em relação ao logótipo, que considera abominável, embora tenha conhecimento da existência de um outro, muito mais apropriado, em que a representação do conceito de “apoio” ou “ajuda” está muito mais nítida.

A Presidente da Assembleia tomou ainda a palavra para esclarecer que a página a que o membro Paulo Espírito Santo se refere diz respeito ao regulamento interno da Comissão, aprovado em 22/10/2001 e por essa razão ainda se apresenta em escudos. A Presidente acrescentou ainda que se poderá propor uma revisão desse artigo 20º para actualização do sistema monetário.

Voltou a intervir o membro Paulo Espírito Santo. O membro tem conhecimento da existência de um Gabinete de Serviço de Psicologia

e Orientação Escolar na E.B. 2,3/ José Relvas, assim como um projecto de Intervenção Precoce em contexto escolar. Com a intenção de averiguar da possibilidade de minimizar os casos a serem apoiados pela CPCJ, o membro gostava de saber como são estabelecidas as relações entre estes três organismos, questão que apenas poderá ser respondida pela própria CPCJ.

Interveio de seguida a 2.<sup>a</sup> Secretária, Maria de Fátima Rodrigues, esclarecendo que entretanto foi aprovado o novo regulamento da CPCJ, dado que já foi realizada a reunião da Comissão Alargada onde foi apresentado, e pensa na próxima Assembleia já se pode trazer o documento.

### **Ponto 7 – Apreciação e votação da alteração dos Estatutos da Ecolizéria E.I.M.**

Não havendo intervenções, passou-se à votação. Ponto **aprovado por unanimidade.**

### **Ponto 8 – Apreciação e votação – Delegação de Competências na CIMLT – Elevadores.**

Não havendo intervenções, passou-se à votação. Ponto **aprovado por unanimidade.**

### **Ponto 9 – Apreciação e votação – Proposta de consideração da Aldeia Avieira como Património de Interesse Municipal.**

Sobre este ponto interveio primeiramente o membro Celestino Brasileiro que pretendia saber se esta proposta já tinha sido apreciada em Reunião de Câmara e qual era a posição da Câmara sobre esta matéria.

Em seguida interveio o membro João de Brito que levantou duas questões: a primeira já foi levantada pelo membro Celestino; a segunda diz respeito à localização em Alpiarça da cultura avieira, que o membro supõe tratar-se da Aldeia do Patacão. Porque se se trata do Patacão, o membro lembrou que essa era uma promessa eleitoral do Partido Socialista de há 12 anos e o facto é que continua pior do que estava.

Interveio o membro Paulo Espírito Santo, pedindo mais esclarecimentos sobre o assunto, já que não se sente à vontade para votar a proposta com a pouca informação disponível. É da opinião que se deveria mandar a Presidente da Assembleia para obter mais esclarecimentos. Saber o que é exactamente a cultura avieira. Entende por isso que para declarar um assunto destes património municipal precisa de estar melhor informado. A sua sugestão vai no sentido de pedir ao proponente, o Instituto Politécnico de Santarém o favor de esclarecer a Assembleia sobre o projecto.

A membro Anabela Costa interveio fazendo referência ao ofício que lhes foi entregue e onde diz: "como é do vosso conhecimento, o projecto de candidatura da cultura avieira a património municipal encontra-se em desenvolvimento". A membro parte do princípio que a Autarquia já tem conhecimento sobre este assunto, e mais, que tem acompanhado o processo.

A Presidente da Assembleia respondeu dizendo que não teve conhecimento de nada e propôs à Presidente da Câmara que apresentasse à Assembleia o que sabia sobre o assunto.

Esta começou por dizer que tem conhecimento de duas reuniões sobre esta matéria em que a Autarquia esteve representada e onde, de forma um pouco abstracta, foi apresentado este projecto. Entretanto chegou em Dezembro esta carta do Instituto Técnico de Santarém que refere o que o ofício transcreve. Efectivamente a discussão desta matéria ainda não foi levada a Câmara porque a Presidente gostaria de a levar com maior informação. Esclareceu ainda que já tinha levado ao Instituto algumas dúvidas que a leitura do projecto imediatamente levanta, mas que a resposta que chegou continua a ser evasiva. De maneira que as questões terão de ser respondidas ponto a ponto de forma a poder ser levada à Câmara.

Interveio o membro João de Brito dizendo que depois desta informação da Presidente considera que não se deveria votar um assunto sobre o qual não têm conhecimento suficiente.

A Presidente da Assembleia disse que a única coisa que recebeu foi o ofício que todos conhecem, e na sequência daquilo que lhe foi pedido, ela agendou o assunto para a Assembleia. Por isso aceita e concorda que por prudência não se vote o assunto antes de se pedir mais esclarecimento à entidade proponente. Pelo que propõe isso mesmo.

Tomou a palavra o membro Paulo Espírito Santo dizendo que está plenamente de acordo que a Assembleia mandate a Presidente da Mesa, juntamente com o Executivo, para exigir aos proponentes que fundamentem melhor esta questão. Até porque para declarar o quer que seja de interesse público é necessário que o Executivo Camarário se pronuncie primeiro e só depois a Assembleia.

O membro Celestino Brasileiro concorda com a necessidade de mais informação, embora reconheça que, pelo que conhece do projecto, parece um projecto de bastante interesse e credível, ainda por cima envolvendo entidades como o Instituto Politécnico de Santarém, a Universidade de Évora, a Universidade de Aveiro, algumas câmaras municipais da zona ribeirinha com aldeias avieiras (a Câmara de Alpiarça parece ter-se demarcado desse projecto).

O membro Fernando Ramalho interveio reconhecendo o interesse do projecto, mas frisando a necessidade de perceber se existe alguma figura jurídica que seja património municipal. O membro reforçou, em seguida, o carácter vago do ofício, que refere em epígrafe uma "proposta de consideração de aldeia avieira", o que remete desde logo para a questionação do significado de aldeia avieira. Em todo o caso, para que o projecto seja considerado de interesse municipal seriam necessárias plantas topográficas da área concreta considerada de interesse. Não seria apenas através do ofício que se poderia considerar uma aldeia, sem que se saiba qual é, de interesse municipal. Por outro lado, o membro encontra algumas imprecisões no documento, nomeadamente quando no texto do ofício, contrariando a epígrafe que o membro tinha acabado de ler, diz "nessas reuniões deve ser considerada a cultura avieira como património de interesse municipal". Uma coisa é um espaço topográfico definido, no caso uma aldeia, outra é a cultura avieira, que é por definição imaterial. Fica indefinido o que seria de considerar de interesse municipal, uma aldeia localizada no mapa ou a cultura avieira em si, nos seus aspectos culturais, imateriais. No segundo caso, que significados isso pode ter? Como se defende essa cultura? Nesta medida, o membro é favorável à retirada da proposta da ordem do dia, já que não há nada em concreto que se possa votar.

Tomou a palavra a membro Anabela Costa, dizendo que conhece a situação um pouco mais aprofundadamente, embora não lhe compita a ela dar essa explicação na Assembleia. Por esse facto ela perguntou anteriormente se o ofício não tinha vindo acompanhado de mais documentos, até porque parte-se do princípio

que a Autarquia tem outros dados sobre o assunto. A membro declarou até ter conhecimento de teses de licenciatura baseadas neste projecto concreto.

O membro João Osório, lembrando o que a Presidente da Câmara disse sobre as reuniões em que a Câmara esteve presente para tratar deste assunto e das respostas consideradas evasivas que a Presidente recebeu às questões que colocou sobre esta matéria. De maneira a poder tomar uma posição, o membro pretendia saber que questões foram colocadas e quais as respostas que foram dadas. Pela intervenção da Presidente, o membro apercebeu-se de que há mais informação na posse da Câmara que não chegou à Assembleia.

O membro Paulo Espírito Santo referiu que, se bem que compita à Assembleia fiscalizar o trabalho do Executivo, essa competência só é válida quando há obra que possa ser fiscalizada. A Assembleia dispõe de uma carta com um teor vago, e embora alguns membros da Assembleia já conheçam o projecto, a pretensão do membro é que todos possam conhecer o projecto da mesma maneira para que, conhecendo-o com um conhecimento fundamentado, todos possam aplaudir o projecto como o estão a fazer aqueles que já o conhecem. O membro é da opinião que o assunto tem de ser protelado para uma futura Assembleia, mandatando a Presidente da mesma para recolher mais elementos.

Tomou a palavra a membro Inês D'Aguiar dizendo que não se lembra de os membros da Bancada do PS alguma vez se queixarem por falta de elementos, nomeadamente em orçamentos, por exemplo, mas fica satisfeita por desta vez considerarem que não há elementos suficientes para votar. Acha, contudo, estranho que o membro Espírito Santo queira mandar a Presidente da Câmara, quando a Presidente da Câmara já esteve presente em duas reuniões e obviamente tem mais elementos e tem de os apresentar, até para os membros saberem exactamente o que isso significa para votarem com conhecimento de causa. Se foram colocadas questões ao Instituto Politécnico que foram respondidas, a Assembleia tem o direito de as conhecer.

A Presidente da Mesa da Assembleia esclareceu a membro que a Assembleia apresentou aos membros a informação que recebeu. O ofício que os membros têm em posse foi dirigido à Presidente da Assembleia e não veio acompanhado de outros elementos.

Tomou a palavra o membro Fernando Ramalho dizendo o ofício veio dirigido quer à Assembleia Municipal, quer à Câmara Municipal. A Câmara Municipal recebeu igual à Assembleia e decidiu pedir os esclarecimentos que entendeu. Por isso, o membro entende que a membro Inês D'Aguiar não tem de ficar indignada pelo facto de os documentos na posse da Câmara não virem à Assembleia porque a Câmara não decidiu que o assunto vinha à Assembleia. A proposta não é da Câmara Municipal e, como tal, não lhe compete apresentar os documentos.

Interveio o membro José Miguel Carvalho para perguntar à Presidente da Assembleia quando é que se vai votar a proposta, uma vez que já se ouviu todas as bancadas por três vezes.

Pediu a palavra a Presidente da Câmara para reiterar o que o membro Fernando Ramalho disse, ou seja, o ofício é dirigido à Presidente da Assembleia e a mesma não solicitou à Presidente da Câmara que ela trouxesse outros elementos sobre o assunto. A Presidente recebeu o mesmo ofício e como teve as dúvidas que o membro Fernando Ramalho referenciou e outras ainda, decidiu pedir esclarecimentos ao Instituto. Quando entender que tem reunidos os elementos que considerar suficientes, o assunto será discutido em reunião de Câmara. A Presidente voltou a enfatizar que não recebeu da parte da Presidente da Assembleia instrução para trazer mais documentação.

Posto o que se passou à votação da proposta do membro João de Brito que propunha pedir esclarecimentos ao Instituto Politécnico de Santarém.

A proposta foi **aprovada por unanimidade**, embora verificando-se a ausência na sala da membro Inês D'Aguiar.

Consequentemente, a Presidente da Mesa comprometeu-se a pedir ao Instituto todos os esclarecimentos que esta entidade possa facultar, depois de ouvidas as dúvidas dos membros da Assembleia, no sentido de voltar a trazer o assunto na próxima sessão.

A Presidente da Mesa voltou a intervir para anunciar a possível inserção de um novo ponto na Ordem de Trabalhos, cuja documentação, proveniente da CIMLT, tinha chegado às mãos da

Presidente posteriormente ao estabelecimento da Ordem de Trabalhos para esta sessão. A Presidente falou com os líderes das três bancadas e decidiu-se votar a inserção do novo ponto, para cuja aprovação seriam necessários três terços de votos favoráveis.

Após votação, a inserção do ponto 10 na Ordem de Trabalhos foi **aprovado por unanimidade**.

Pelo que a Presidente mandou distribuir a documentação relativa a este ponto e decretou um intervalo para avaliação da mesma.

A membro Inês D'Aguiar pediu que se registasse em acta o motivo pelo qual se ausentou da sala na votação do ponto anterior. Segundo a membro, a falta de respeito com que a Presidente da Câmara responde às questões por ela levantadas são intoleráveis e esse foi o motivo pelo qual se teve de ausentar. [A membro refere-se a um gesto que a Presidente terá feito.]

A Presidente da Câmara dirimiui-se dessa acusação, dizendo ainda que nunca faltou ao respeito a ninguém nesta Assembleia. Acrescentou que não tem consciência de ter feito qualquer gesto indecoroso ou nesse sentido e que nesse momento estava a dirigir-se ao membro Fernando Ramalho.

A Presidente da Assembleia interveio dizendo que independentemente de tudo isso, é obrigação dos membros eleitos participarem nas votações.

A membro Inês D'Aguiar disse que apenas por reconhecer isso mesmo sentiu necessidade de justificar a sua ausência.

**Ponto 10 - Apreciação e votação - Proposta de que o critério de imputação dos encargos com o pessoal da CIMLT aos Municípios associados seja determinado com base nas partes proporcionais de cada Município nas quotizações da CIMLT.**

A Presidente da Assembleia explicou que, de acordo com a documentação e com o disposto no n.º2 artigo 32 da lei 45/2008 que rege a criação das CIMLT, compete à Assembleia Municipal deliberar a forma de imputação das despesas aos municípios associados. Esta questão já foi à Assembleia Intermunicipal e os encargos são os que



estão descritos na documentação que está na posse dos membros. A imputação do Município de Alpiarça será de 5,8% do total.

Não havendo intervenções, a Presidente pôs a proposta a votação. A proposta foi **aprovada por unanimidade**.

### **PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA**

Houve duas inscrições, a primeira das quais da Comissão de Utentes de Saúde, assunto que não foi discutido na Ordem de Trabalhos mas cuja inscrição foi realizada antes do início da sessão. E como o assunto foi discutido no Período Antes da Ordem do Dia, a Mesa decidiu aceitar a inscrição.

A porta-voz da Comissão de utentes, D. Paula Matias esclareceu que a Comissão de Utentes foi eleita no dia 01 de Fevereiro de 2009, numa reunião aberta a toda a população realizada na Casa do Povo. Dessa reunião resultaram algumas conclusões, nomeadamente que os abaixo assinados fossem entregues no Centro de Saúde, na Câmara Municipal, na Junta de Freguesia, na Assembleia Municipal, na Assembleia da República, na Administração Regional de Saúde de Santarém, nos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, na Comissão de Saúde da Assembleia da República e no Ministério da Saúde. Adiantou que o abaixo-assinado já foi entregue no Centro de Saúde, onde tiveram também uma reunião. Outras das acções aprovadas na primeira reunião foi o agendamento de uma reunião com a Presidente da Câmara, a qual já se realizou igualmente, e onde se entregou uma moção que exigia o reatamento do serviço à população por parte dos bombeiros municipais. A porta-voz afirmou ainda que entregou os abaixo-assinados à Presidente da Câmara que não os assinou por não concordar inteiramente com eles, tal como a mesma já havia afirmado durante a sessão, embora se mostrasse bastante interessada. A Comissão reconhece que este é um problema do Ministério da Saúde e não da Autarquia, mas é da opinião de que todos têm de fazer pressão para que se contratem médicos suficientes para todos terem médico de família. Os médicos contratados não são solução, ainda mais num Concelho como o de Alpiarça com muita população envelhecida e que precisa mesmo de

acompanhamento médico. Esta situação tem criado muitos problemas. A intenção da Comissão é contribuir para ser parte da solução do problema e pretende com os abaixo-assinados conseguir algo que seja positivo para o Concelho.

A porta-voz anunciou ainda a intenção de convocar uma reunião com o Director da ARS, para quem já se endereçou uma carta. A Comissão está também de portas abertas para todos os que queiram colaborar com eles. São um grupo de pessoas que se juntou para lutar pelo direito à Saúde e não para criar quaisquer problemas. A Comissão lançou ainda o apelo à população para que se junte a eles para conseguir atingir os objectivos a que se propuseram.

Posto o que passou a ler o ofício que posteriormente entregou à Presidente da Assembleia (apenso à Acta).

A Presidente da Assembleia respondeu à Comissão dizendo que o que a Assembleia pode fazer é encaminhar o abaixo-assinado a quem de direito. Referiu no entanto uma imprecisão: não existe nenhuma entidade com o nome Administração Regional de Saúde de Santarém. O que existe é uma entidade com o nome Administração Regional de Lisboa e Vale do Tejo e existe ainda a Comissão Sub-Regional de Saúde de Santarém, mas que se prevê que vai ser extinta no mês de Maio. Acrescentou ainda que vão ser criados Agrupamentos de Centros de Saúde e um dos agrupamentos, que se chama Agrupamento da Lezíria, engloba os Centros de Saúde de Benavente, Coruche, Salvaterra de Magos, Almeirim, Alpiarça e Chamusca. Este agrupamento vai ter um director executivo e uma direcção clínica. Provavelmente, esclareceu a Presidente, será esta entidade que poderá eventualmente fazer alguma pressão no sentido de resolver este problema em Alpiarça.

A Presidente alertou também para o facto de terem sido criadas unidades de saúde familiar constituídas de acordo com critérios específicos, isto é, são os próprios médicos que se organizam. Por isso o Centro de Saúde de Alpiarça perdeu um médico precisamente porque eles se agrupam e sabem que se mudarem de sítio não podem ser obrigados a ficar onde estavam anteriormente. A Presidente referiu-se ao caso da Dr.<sup>a</sup> Ema que foi colmatar uma falha que havia em Santarém e dessa forma criou a situação que se vive em Alpiarça. Esta situação prevê-se que se agrave, uma vez que em breve se aposentará um outro médico do Centro de Saúde de Alpiarça. A Presidente referiu-se a estes casos para dizer que está

empenhada na causa e que dentro das suas possibilidades fará tudo o que estiver ao seu alcance.

A segunda inscrição do público diz respeito ao Sr. Pedro Carlos e cujo assunto se prende com o pedido de pagamento à firma Planotejo. A Presidente aceitou a inscrição, uma vez que o assunto se poderá integrar no ponto da Ordem do Dia a propósito do Programa Pagar a Tempo e Horas.

O Sr. Pedro Carlos começou por dizer que a Planotejo durou mais de 30 anos mas acabou. Ao acabar deixou um rasto terrível em pequenas empresas que ficaram sem receber os seus valores. Felizmente ainda se conseguiu pagar os salários aos funcionários, ficando apenas por pagar dois subsídios e a indemnização por pagar a cerca de 14 trabalhadores. No entanto, a Planotejo tem muito dinheiro ainda por receber, num valor total que ascenderá a mais de 1 milhão de euros ou mesmo 2 milhões se se contabilizarem os juros. Além de outros processos que estão a decorrer em tribunal, como é o caso do processo do cantor Carlos Mendes.

Esclareceu que o motivo que o leva a dirigir-se à Assembleia Municipal tem que ver com duas obras realizadas à Câmara de Alpiarça, a Nave Desportiva, concluída em Janeiro de 2003, e o edifício dos Paços do Concelho. Os dois valores que a Planotejo tem a receber por estas duas obras somados darão cerca de 160.000,00 euros, o que com juros ultrapassa neste momento os 260.000,00 euros. O Sr. Pedro Carlos, apesar de reconhecer que foram proferidas no calor do momento palavras que não deviam ter sido pronunciadas, considera que a Câmara Municipal, pela sua postura, foi a primeira a abrir o fosso que levou à extinção da empresa. Em 2004 a empresa tinha 85 trabalhadores efectivos, alvará para 1.000.000,00€ de obras e era uma das melhores empresas do distrito, a prová-lo está a última obra que realizou foi o Centro de Saúde de Santarém, obra no valor de 2.000.000,00€ e que acabou dentro do prazo, factos que demonstram a falta que faria agora a Alpiarça uma empresa como a Planotejo. Era uma empresa com currículo, mas que a determinada altura o dinheiro começou a escassear porque as entidades não pagavam e o património que tinham para vender não se vendia.

Em relação à Câmara de Alpiarça, em determinada altura, já depois da recepção da obra dos Paços de Concelho, o Presidente da Câmara tinha assumido um compromisso no sentido de pagar a obra da Nave juntamente com a obra dos Paços, evitando que a situação

fosse para o Tribunal de Contas. Nada fazia o Sr. Pedro Carlos prever que depois da recepção da obra se viesse a argumentar que a Planotejo teria de pagar uma multa. Multa essa que o Sr. Pedro Carlos considera ilegal, uma vez que a Lei 59/99 tem o artigo 233 que diz "feita a recepção provisória não há lugar a multas". E a recepção provisória já tinha sido feita. No artigo 220 diz ainda "tem de ser feita ao fim de 44 dias da recepção provisória que é chamada a conta de obra". Coisa que também não foi feita. E a verdade é que a lei não foi cumprida.

Por esse motivo, o Sr. Pedro Carlos não aceita de maneira nenhuma que a Planotejo tenha de pagar uma multa à Câmara, acrescentando que nunca esquecerá o que lhe foi feito dentro da mesma Câmara.

O Sr. Pedro Carlos referiu ainda duas facturas que a Câmara Municipal não lhes pagou, no valor conjunto de mais de 100.000,00€, e que o Banco retirou da conta da Planotejo, uma vez que a Planotejo é que teria de pagar se a Câmara não pagasse.

O Sr. Pedro Carlos mostrou-se indignado com a multa que a Câmara lhes exige, dado que nessa altura a Câmara devia à Planotejo quase 300.000,00€, e que esta poderia muito bem ter rescindido o contrato por justa causa, como o podia fazer ao fim de 44 dias. Não se consegue perceber, ainda mais sendo uma empresa de Alpiarça que tem 85 efectivos que fez obras um pouco por todo o país e obras de grande vulto, porque é que a Autarquia não lhes quis dar a mão quando se estavam a afundar.

Entendendo que os políticos têm de ser transparentes, o Sr. Pedro Carlos convidou a Presidente da Câmara a publicar as contas de obra de algumas das obras que a Câmara fez nos últimos anos. Segundo diz, todas essas obras foram entregues depois do tempo e a nenhuma delas foi exigido o pagamento de multas. Os munícipes têm o direito de saber quanto é que se gastou com cada obra.

O Sr. Pedro Carlos falou ainda de outro caso em que se sentiu prejudicado pela Câmara e em que esta terá tirado proveito da sua ingenuidade e da sua boa vontade para com o Concelho. A Planotejo era dona das adegas do Mário Fidalgo, onde se encontra agora o Centro Cívico, e a dada altura o Presidente da Câmara da altura, o Dr. Rosa do Céu, telefonou ao Sr. Pedro Carlos pedindo à Planotejo para esta efectuar os trabalhos de demolição da adega de maneira a

que o espaço pudesse começar a ser utilizado como parque de estacionamento. O Sr. Pedro Carlos, por se tratar de Alpiarça, convenceu os seus colegas para a realização desse trabalho no valor de 15.000,00€. E se não fosse por ele, se calhar ainda hoje se estaria a fazer o Centro Cívico. O que importava era que Alpiarça precisava de fazer aquela obra e a Planotejo disponibilizou-se e deu o terreno. Em troca recebeu um terreno que sete anos depois “nem para pôr cebolo serve”.

Declarou ainda que não se vai calar enquanto não receber aquilo a que tem direito, e exige a apresentação das contas de obras das obras da Câmara Municipal para saber se a Planotejo, que era uma empresa com 85 efectivos em Alpiarça, foi excepção ou não.

A Presidente da Mesa passou a palavra à Presidente da Câmara que disse que o que a Câmara pretende, independentemente de concordar ou não com o que o Sr. Pedro disse, é chegar a um entendimento e a uma conciliação com a Planotejo, se possível. Mas com o que a Presidente não pode concordar é que a Câmara tenha sido a “coveira” da Planotejo, uma vez que o próprio Sr. Pedro falou de uma dívida total de 1 a 2 milhões de euros e o valor relativo à Câmara de Alpiarça podia chegar aos 200.000,00€. A Presidente garantiu que da parte da Câmara não haverá nenhum entrave que possa impossibilitar uma conciliação.

O Vereador Ferreirinha tomou a palavra lembrando que foi ideia sua o recurso a este processo de reconciliação extra-judicial junto do Conselho Superior de Obras Públicas, organismo que entretanto deixou de existir, sendo que os processos a decorrer neste órgão transitaram para o INC. O Vereador lembrou também a reunião realizada já neste último órgão, reunião essa em que o Sr. Pedro Carlos se enervou e saiu da sala antecipadamente, e onde o seu advogado fez uma proposta que a Câmara ficou a ponderar. Nomeadamente uma correcção de juros e um acerto da factura. Assunto do qual o Vereador deduz que o advogado tenha falado com o Sr. Pedro.

O Sr. Pedro Carlos voltou a intervir dizendo que não veio à Assembleia para tratar desses assuntos, mas tão simplesmente para sensibilizar os membros eleitos para o problema e para o que considera ser uma injustiça. Esclareceu também que não disse que a Câmara tinha sido a coveira, mas o primeiro a abrir o buraco.

O Vereador Ferreirinha declarou que está sensibilizado para o problema, mas não aceita com facilidade que venha dizer que houve ilegalidades noutras empreitadas, isso será uma acusação que vai ter de provar, até porque as contas das empreitadas são públicas. As empreitadas que tiveram de ter multas tiveram multas e as que não tiveram de ter multas não tiveram multas.

Passou-se à leitura da minuta da acta que foi **aprovada por unanimidade**.

Nada mais havendo a tratar, foi pela Senhora Presidente da mesa encerrada a Sessão da qual se redigiu esta Acta, que vai ser assinada pelos membros da mesa.

Presidente\_\_\_\_\_

1º Secretário\_\_\_\_\_

2º Secretário\_\_\_\_\_